



## RESUMO EXECUTIVO DA ATA

### 114ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI e 18ª Reunião do GT-UGP

#### COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CBH-SMT

**Data:** 05/10/2023

**Local:** Por Videoconferência

([https://drive.google.com/file/d/1ghfqJNEez2byIDD7wQ\\_fV-9hTAKemG0m/view](https://drive.google.com/file/d/1ghfqJNEez2byIDD7wQ_fV-9hTAKemG0m/view))

Ao quinto dia do mês de outubro de 2023, por meio de videoconferência, foi realizada a 114ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos e 18ª Reunião do Grupo de Trabalho Unidade de Gerenciamento de Projetos, registrando-se a participação de 23 (vinte e três) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos e do público em geral, conforme “Relação dos Membros Presentes na Reunião” apresentada abaixo, registrados por meio de manifestação de presença realizada no chat da plataforma de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-SMT, por meio de mensagem eletrônica, em **XX/XX/2023**. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Cordeiro, coordenador da CT-PLAGRHI e representante da UFSCar, que cumprimentou a todos. **2. Informes.** O Sr. André Cordeiro informou que nesta semana ocorreu uma reunião com o OGA Brasil, cujo tema é governança. Sugeriu incluir na pauta da próxima reunião plenária, a votação sobre o prosseguimento do processo de avaliação de governança pelo CBH-SMT. Informou também, que o ENCOB este ano foi realizado em Natal-RN, com participação de cerca de 280 organizações de bacias hidrográficas do Brasil, observou que muitos estados estão mais adiantados na gestão de recursos hídricos, quando comparados a São Paulo e salientou que o estado precisa priorizar as discussões sobre o enquadramento e cobrança pelo uso de recursos hídricos com finalidade de uso rural. O Sr. André Cordeiro convidou os demais participantes do ENCOB para uma breve fala. A Sra. Caroline Bacchin, Secretária Executiva do CBH-SMT e representante do DAEE, reforçou que o estado de São Paulo precisa acelerar os processos para alcançar os demais estados. O Sr. Mauro Tomazela, FATEC, concordou com as falas anteriores. O Sr. André Cordeiro salientou que o CBH-SMT deveria reativar o GT-Enquadramento. A Sra. Caroline Bacchin comunicou que a próxima reunião plenária será realizada dia 26 de outubro, no município de Capela do Alto. Informou que a Sra. Natália Zanetti, Diretora Técnica da FABH-SMT, retornou da licença maternidade e que a Coordenadoria de Recursos Hídricos – CRHi cedeu um funcionário para atuar junto a FABH-SMT, a Sra. Nilceia Franchi, que na sequência se apresentou a todos. A Sra. Caroline Bacchin informou que aguarda a resposta da CRHi quanto a aprovação do PAPI 2024/2027, cujo a data de

aprovação pode ser no final de 2023 ou início de 2024. O Sr. André Cordeiro explicou que o PAPI significa Plano de Ação e Programa de Investimento, o qual define em quais programas de ações continuadas serão destinados os recursos. Em suma, os recursos do CBH-SMT e as ações voltadas ao saneamento básico têm sido priorizadas, e o Relatório de Situação contribui para a definição da destinação de recursos. Salientou que a CT-EEA está desenvolvendo o programa de EA do CBH-SMT para que os projetos FEHIDRO voltados à EA possam ser aprovados. A Sra. Nilceia Franchi complementou que o PROCOMITÊS exige que o estado de São Paulo atenda a alguns requisitos para a indicação de projetos; um deles é que a UGRHI desenvolva o programa de educação ambiental ou de capacitação para orientar suas ações. **3. Aprovação de minuta de Deliberação, que define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO - compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso dos recursos hídricos - referentes ao orçamento de 2024, e dá outras providências.** A Sra. Caroline Bacchin apresentou a minuta em tela. Mencionou que o GT-Critérios foi ativado e que os participantes são: Sra. Eleusa Maria (OAB Votorantim); Sra. Gabriela de Sá (Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra); Sr. Maurício Sartori (ASSEA); a Sra. Marcia Serra (ACRTS FACENS). Informou que foram feitas quatro reuniões para discussão da minuta de deliberação, onde foram feitas algumas alterações, sendo: inscrições 30/10/2023 a 12/01/2024; análise das inscrições pela FABH-SMT de 15/01/2024 a 02/02/2024 e análise pelas CTs de 05/02/2024 a 09/02/2024; apontamento do parecer final de 09/02/2024 a 01/03/2024; análise da complementação e divulgação do novo parecer 04/03/2024 a 15/03/2024; período de adequação de 15/03/2024 a 22/03/2024; análise prévia pela FABH-SMT e divulgação do parecer final de 25/03/2024 a 29/03/2024; apresentação de recursos de 29/03/2024 a 05/04/2024; previsão de reunião da CT-PLAGRHI em 11/04/2024; divulgação dos empreendimentos aprovados no portal da FABH-SMT em 12/04/2024; período de finalização pelo tomadores quanto a documentação no sistema de 12/04/2024 a 17/04/2023; análise dos documentos pela FABH-SMT de 18/04/2024 a 22/04/2024; inscrição pelo tomador dos documentos de 22/04/2024 a 25/04/2024; realização de uma reunião da CT-PLAGRHI entre 29/04/2024 a 03/05/2024; reunião plenária até dia 31/05/2024; e prazo para encaminhamento dos empreendimentos pela FABH-SMT até 05/06/2024. Apontou que foram considerados como recursos financeiros para deliberação, as cotas do CBH-SMT da compensação financeira/royalties e recursos arrecadados pela cobrança. Informou que houve alteração no valor máximo de elaboração de planos e projetos de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e execução de obras, passou a ser de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), devido a elevação do custo de execução. Ressaltou a inclusão da bonificação nos critérios de pontuação da participação dos representantes legais nas reuniões plenárias. Considera-se como representante legal do segmento Sociedade Civil, os indivíduos indicados no Requerimento de Inscrição das Entidades da Sociedade Civil - Mandato 2023-2025; no segmento Município considera-se o Prefeito

do município; e no segmento Estado, considera-se o indivíduo indicado pelo órgão. Informou que o Anexo II foi simplificado, pois a definição dos documentos necessários está especificada no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO. Salientou, por fim, que os documentos que forem substituídos devem ser apresentados em versões atualizadas, e as assinaturas devem ser de forma digital e certificada. A Sra. Nilceia Franchi frisou que os Sistemas Federais facilitaram a assinatura digital através do site: <https://www.gov.br/pt-br>. A Sra. Caroline Bacchin informou que a aceitação dessa assinatura digital e está em análise pela Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHi. Acrescentou que a CRHi está discutindo e ajustando o MPO. O Sr. André Cordeiro mencionou que os empreendimentos são enquadrados de acordo com os Planos de Duração Continuada - PDCs e ressaltou que o Plano de Ação e Programa de Investimentos - PAPI ainda não está aprovado e pode sofrer alterações. Apontou que os critérios de pontuação da participação dos representantes legais nas plenárias, tem objetivo de incentivar, principalmente, a participação dos prefeitos e acrescentou que esta é uma discussão antiga no CBH-SMT. A Sra. Nilceia Franchi acrescentou que fez algumas colocações quanto ao Anexo I desta deliberação, mas que não há mais tempo hábil para inseri-las no documento. A Sra. Caroline Bacchin ressaltou que se as contribuições forem pontuais, elas podem ser acrescentadas na deliberação. A Sra. Nilceia Franchi fez a leitura dos ajustes sugeridos. No Artigo 2 propôs que não seja criado outras siglas e nomenclaturas. No Artigo 3 sugeriu acrescentar a possibilidade de aquisição de equipamentos para captação de imagens nos estudos de uso e ocupação do solo, mas que os equipamentos sejam patrimônios do CBH-SMT e utilizados em demais atividades. O Sr. André Cordeiro apontou que a sugestão é válida, mas a proposta pode ser feita em uma próxima deliberação. Outro ajuste sugerido foi a remoção dos incisos do Artigo 5º, sobre as tipologias dos empreendimentos. O Sr. André Cordeiro sugeriu que a Sra. Caroline Bacchin faça a análise das sugestões apontadas e agradeceu as colocações feitas. Em sequência, a deliberação foi colocada em votação. Não havendo mais manifestações, o Sr. André Cordeiro deu por aprovada. **4. Aprovação de minuta de Deliberação, que aprova o Relatório de Situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê 2023 ano-base 2022.** O Sr. Mauro Tomazela, representante da Fatec Tatuí, informou que este item de pauta visa discutir os resultados obtidos pelo Relatório de Situação. A Sra. Caroline Bacchin mencionou que nos últimos anos o trabalho era realizado pela Sra. Natália Zanetti, Diretora Técnica da FABH-SMT, e este ano o RS foi desenvolvido pela empresa contratada Ebema. O Sr. Flaviano Lima, representante da Ebema, iniciou apresentando os membros da equipe envolvida na elaboração do RS. O conteúdo da apresentação foi dividido em: Introdução; Dinâmica Socioeconômica - Dinâmica Demográfica e Social; Uso e Ocupação do Solo; Disponibilidade e Demanda dos Recursos Hídricos; Saneamento; Qualidade das Águas; Monitoramento dos Empreendimentos FEHIDRO e PAPI. Na introdução parabenizou a atuação do CBH-SMT pela realização das 65 reuniões. No item “Dinâmica Socioeconômica - Dinâmica Demográfica e Social” salientou que, conforme o último

Censo Demográfico do Brasil de 2022, o ritmo de crescimento populacional na região é elevado, mas esses dados não entraram no RS. No relatório é possível observar crescimento da população urbana e diminuição da população rural. A taxa de urbanização acima de 90% aumentou de 12 para 13 municípios, em especial na região Metropolitana de Sorocaba. Pontuou que, no item “Uso e Ocupação do Solo”, houve crescimento no número de barramentos desde 2017. Quanto à “Disponibilidade e Demanda dos Recursos Hídricos”, a vazão outorgada de água subterrânea e superficial tem se elevado, principalmente a partir de 2020, sendo observado um crescimento nas outorgas de uso industrial, rural e usos alternativos. O número de captações superficiais e subterrâneas em relação à área total da bacia está em ritmo de crescimento, com destaque as subterrâneas. A disponibilidade de água per capita tem diminuído ao longo dos anos, e observou-se um crescimento da vazão outorgada em relação a Q95%. Quanto ao balanço hídrico por sub-bacia da vazão outorgada em relação a Q95%, a região metropolitana de Sorocaba encontra-se acima dos 100%. A vazão outorgada em relação às reservas exploráveis obteve crescimento e está em faixa de atenção. Observou-se também um aumento das outorgas para interferências em cursos d’água. Na sequência, o Sr. Ivan Biamont, representante da Ebema, iniciou sua apresentação informando sobre o item “Saneamento”. Indicou o aumento de dois municípios classificados com índice de saneamento “bom”, e o índice de atendimento urbano de água se manteve igual ao de 2020. O índice de perdas do sistema de distribuição de água caiu de 13 para 8 municípios com classificação “bom”, e observou-se um aumento dos municípios classificados como “regulares”. A demanda estimada para abastecimento urbano obteve acréscimo e o índice da carga orgânica poluidora gerada observou-se um crescimento na carga reduzida e aumento na carga remanescente. No índice de atendimento da rede de esgoto observou-se uma melhora de 17 para 18 municípios classificados como “regular”. Houve melhoria no indicador de coleta e tratamento de esgoto da população urbana, porém quanto aos resíduos sólidos urbanos, a taxa de cobertura de coleta teve um retrocesso, pois dois municípios foram classificados como “ruim”. Em relação aos municípios com risco de inundação observou-se um município classificado como “regular” e outro classificado como “ruim”, destacou que um dos municípios da bacia não apresentou dados. O número de ocorrências de enxurradas, alagamentos e inundações em áreas urbanas, diminuiu de 2020 para 2021. Adiante, o item “Qualidade das Águas” relatou que a qualidade da água piorou, pois foram adicionados dois pontos na classificação “ruim”, enquanto ao índice de qualidade da água para abastecimento houve uma melhoria. A incidência de casos de esquistossomose obteve redução e os registros de reclamação de mortandade de peixes se manteve igual de 2020 a 2021, sendo um total de 10 registros. As áreas contaminadas aumentaram de 2020 para 2021, porém o índice de remediação está maior. O item “Monitoramento dos empreendimentos FEHIDRO” foi exposto, sendo que 23% dos projetos foram indicados para PDCs 1 e 2, e o restante para PDCs prioritários. Dos projetos indicados em 2022, 15 não foram iniciados e 2 foram cancelados. Apresentou uma tabela contendo os 17 empreendimentos e seus objetivos. O Sr. Flaviano Lima

destacou que todas as informações mencionadas anteriormente estão devidamente expressas no RS. O Sr. André Cordeiro questionou se o PAPI que será apresentado é o do período de 2020/2023 ou do próximo quadriênio. A Sra. Natália Zanetti respondeu que é referente ao quadriênio 2020/2023. A Sra. Rosângela César, representante da CETESB, afirmou que o projeto do DAEE que envolve a fiscalização de barragens deve ser destacado no RS. A Sra. Caroline Bacchin salientou que o projeto está destacado no RS. A Sra. Rosângela César apontou que o GT-Águas Subterrâneas fez algumas contribuições para o RS e questionou se as sugestões foram contempladas. O Sr. Flaviano Lima ressaltou que os dados foram contemplados. O Sr. André Cordeiro destacou que o GT-Águas Subterrâneas já está funcionando, mas ainda não foi criado oficialmente. Apontou que nos últimos anos as prefeituras precisaram realizar um levantamento sobre as áreas de risco de inundações para a Defesa Civil, e este fato pode ter acentuado a notificação de eventos críticos. A Sra. Rosângela César afirmou a importância de citar no RS a proposta de criação do GT-Águas Subterrâneas e a deliberação. O Sr. Flaviano Lima mencionou que está contemplado. A Sra. Amélia Fernandes salientou que a proposta de criação do GT iniciou em 2023. O Sr. André Cordeiro apontou que a CBH-SMT tem essa ideia há algum tempo, mas apenas foi concretizada em 2023.

**5. Apreciação de minuta de Deliberação que atualiza o Plano de Ação e o Programas de Investimentos do Plano de Bacia Hidrográfica da UGRHI-10, relativo ao período 2020-2023.**

A Sra. Natália Zanetti iniciou a apresentação de tabelas indicando a porcentagem de execução física e financeira de cada empreendimento do quadriênio. A planilha apresentada contempla os seguintes itens: o SubPDC; metas do quadriênio; ação; áreas de abrangência; nome da área de abrangência; PDC prioritário, sim ou não; segmento do executor da ação; o responsável pela execução da ação; os recursos financeiros de cada ano; quanto foi indicado para cada um dos SubPDCs; e qual a fonte do recurso. Salientou que com a nova classificação dos PDCs da Deliberação do CRH nº 246/2021, tudo que se trata do tema drenagem agora se enquadra no o PDC 7. Apontou que, nas colunas “Recursos Financeiros”, há um somatório dos valores indicados. Se o contrato já foi assinado, é inserido o valor aprovado pelo agente técnico; para projetos concluídos, é considerado o valor final. Agradeceu a Sra. Cecília Aranha, representante do DAEE, pela contribuição no aproveitamento dos recursos e instrução aos tomadores. Destacou que os recursos financeiros indicados foram os seguintes: em 2020, um total de R\$ 12.704.739,52 (doze milhões, setecentos e quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos); em 2021, os projetos concluídos ou em execução totalizam R\$ 22.449.337,75 (vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos); em 2022, o total foi de R\$ 14.327.229,98 (quatorze milhões, trezentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos); e em 2023, as indicações somam R\$ 20.118.396,18 (vinte milhões, cento e dezoito mil, trezentos e noventa e seis reais e dezoito centavos). Destacou que os PDCs 1 e 2 tem o limite de até 25% dos recursos destinados, os PDCs prioritários pelo menos 60% e PDCs não prioritários 15%. O Sr. André Cordeiro salientou que essa porcentagem

dos PDCs é o que será discutido no novo PAPI. Agradeceu as apresentações e colocou o Relatório de Situação e a planilha do PAPI em votação. Não havendo manifestação, os documentos foram aprovados. **6. Criação do GT-Águas Subterrâneas.** O Sr. André Cordeiro citou que o Sr. Moacir Fritzen, representante da Prefeitura Municipal de Itu, e a Sra. Ana Carolina Moraes, representante da Prefeitura de Porto Feliz, foram eleitos como coordenadores do GT-Águas Subterrâneas. As ações a serem realizadas pelo GT serão definidas no Plano de Trabalho. Indicou que uma ação inicial seria o levantamento do uso das águas subterrâneas na bacia, pois atualmente existem poucas informações. A Sra. Caroline Bacchin agradeceu a disposição de ambos os eleitos e destacou que para efetivar a criação do GT é necessária uma deliberação, mas que só poderá ser aprovada na reunião plenária em dezembro, pois não há tempo hábil para elaboração e aprovação até a próxima reunião. O Sr. André Cordeiro ressaltou que no GT não há necessidade de conter membros dos três segmentos e nem um número determinado de participantes. Ressaltou que, posteriormente, o GT poderá ser transformado em uma CT. Salientou que o GT pode iniciar seus trabalhos mesmo não sendo aprovado em plenária. O Sr. Moacir Fritzen apontou que o plano de trabalho do GT já está sendo elaborado e ressaltou que, conforme os dados apresentados no RS, a situação quanto a disponibilidade de água subterrânea na bacia SMT é crítica e espera poder contribuir com os trabalhos. A Sra. Ana Carolina Moraes também fez seus agradecimentos. **Encerramento.** O Sr. André Cordeiro mencionou que haverá ainda mais uma ou duas reuniões da CT-PLAGRHI até o final do ano para discussão do PAPI. Nada mais havendo a tratar, o coordenador agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 114ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI e 18ª Reunião do GT-UGP.

### **Relação dos membros presentes na reunião**

<b>Entidade</b>	<b>Segmento</b>	<b>Representante</b>
Alan Teixeira da Silva	Município	Prefeitura Municipal de Sorocaba - SEMA
Alexandre Rodrigues Dias	Sociedade Civil	Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais - IPESA
Aline de Moura Rodrigues	Município	Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra
Ana Carolina Dias de Moraes	Sociedade Civil	Associação Movimento Popular Maria Geruncia de Jesus - Porto Feliz
Anna Paula Goes	Sociedade Civil	FABH-SMT
Bruno Sergio Carvalho Alleoni	Sociedade Civil	ABIAPE
Darllan Collins da Cunha e Silva	Sociedade Civil	Unesp - Sorocaba
Fernando Santos	Sociedade Civil	CIESP Sede
Flaviano Agostinho de Lima	Sociedade Civil	Ebema



## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

Gabriela Tolentino de Sá	Município	Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra
Ivan Edward Biamont Rojas	Sociedade Civil	Ebema
José Vicente Alamino de Moura	Município	Prefeitura Municipal de Tatuí
Julio Cesar Jacometto	Estado	Sabesp
Larissa Shiozawa Turri	Município	Prefeitura Municipal de Boituva
Laura Stela Naliato Perez	Estado	SEMIL
Marcia Serra	Sociedade Civil	ACRTS FACENS
Marcio Alves Cardoso	Município	Companhia Ituana de Saneamento - CIS
Mauro Tomazela	Sociedade Civil	Fatec Tatuí/Votorantim - CPS
Moacir Fritzen	Sociedade Civil	-
Nilceia Franchi	Estado	CBH-SMT
Ricardo Lieutaud	Sociedade Civil	FIESP
Rosa Maria Andrade Colicchio	Sociedade Civil	Rotary Club de Sorocaba Novas Gerações
Rosângela Aparecida César	Estado	CETESB
Vanessa Alves Mantovani	Sociedade Civil	Ebema

André Cordeiro Alves dos Santos

**Coordenador da CT-PLAGRHI**

Rosângela Aparecida César

**Coordenadora Adjunta da CT-PLAGRHI**